

Universidade de Brasília

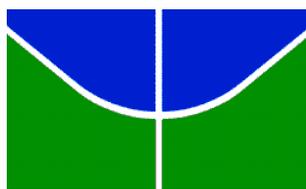
Instituto de Ciência Política

Neoliberalismo e a crítica feminista de Verónica Gago

Sarah da Silva Lima Cardoso

Brasília – DF

Novembro/2022



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Neoliberalismo e a crítica feminista decolonial de Verónica Gago

Sarah da Silva Lima Cardoso

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professora Flávia Biroli.

Brasília – DF

Sumário

Introdução	4
Sobre Verónica Gago	7
Debate sobre neoliberalismo	8
Neoliberalismo e sua lógica de violência	10
Neoliberalismo e sua lógica dentro de economias informais	16
Conclusão	20
Bibliografia	22

Introdução

A geopolítica da produção e circulação do conhecimento acaba favorecendo o que é produzido no Norte Global e em língua inglesa. Isso significa que textos referenciados nos estudos e incluídos nas bibliografias das disciplinas são, em larga medida, correspondentes a essa produção. O pensamento e teoria política feministas não é uma exceção. Autoras como Hanna Pitkin, Nancy Fraser, Carole Pateman, Anna Phillips, entre outras, têm forte presença nos debates no Brasil e na América Latina. Entretanto, mesmo que essas autoras tenham contribuído irrefutavelmente ao pensamento feminista e tenham sido utilizadas de base para discussões e trabalhos acadêmicos, não se pode ignorar que elas estão falando de um lugar com suas próprias especificidades históricas e sociais que não são as mesmas para todas as mulheres.

Quando não somente falamos de uma perspectiva norte globalista, mas também a tomamos como única fonte de conhecimento, estamos deixando de lado e até mesmo apagando a história e sofrimento de mulheres que não se encaixam dentro da narrativa que é colocada por essa corrente, informada muitas vezes pelos contextos das relações de gênero nos Estados Unidos e na Europa. A realidade do mundo colonizado pode ser muito distinta e diversificada.

A América Latina, a qual será foco desse trabalho, possui sua própria história não somente econômica e social, mas também de opressão, tendo passado por um processo de colonização que não é colocado em pauta por essas autoras, invisibilizando estruturas de poder colonial que constituem as sociedades latino-americanas. Alberto Quijano (2005) traz essa discussão com o seu conceito de colonialidade do poder, definindo a ideia da construção de uma relação de hierarquia de poder entre colonizador e colonizado, na qual esse é naturalizado em uma posição inferior ao outro através da criação da ideia de “raça” e, conseqüentemente, também se criando categorias como o “branco” e o “não-branco”, justificando assim a exploração e opressão de um sobre o outro.

Essa hierarquia de poder não está somente no âmbito social como também no âmbito do saber, fazendo com que muitas vezes as teorias e pensamentos vindos da América Latina sejam vistas como inferiores às teorias e pensamentos do norte global, da mesma maneira que por muito tempo os indivíduos latinoamericanos foram vistos como inferiores aos seus colonizadores. Não somente Quijano (2005) traz essa relação de superioridade dentro da área do conhecimento para a sua discussão de colonialidade,

dando o nome de colonialidade do saber, como também Pinto (2012). Esta discorre sobre os obstáculos para a valorização — e adicionaria também a legitimação — do pensamento latinoamericano, sendo esse, segundo a autora, um obstáculo externo enquanto também há o obstáculo interno que seria o sentimento de inferioridade que é imposto e naturalizado pelas dinâmicas de poder forçadas na América Latina, desde a sua colonização, por esse modelo eurocêntrico.

Essas questões não seriam diferentes para o pensamento político feminista latino-americano. Tanto que Maria Lugones (2014) traz os conceitos de colonialidade de Quijano (2005) para o campo do gênero quando ela discorre sobre colonialidade de gênero, também definindo o que ela chama de “o sistema moderno-colonial de gênero” (LUGONES, 2014, p.15), que tem como base a heterossexulidade, diformismo biológico (o dicotomia entre homem/mulher) e o patriarcado dentro das relações sociais. Para a autora, esses três pontos organizam as relações de gênero. A autora enfatiza a interseccionalidade das categorias de raça e gênero quando dentro da opressão patriarcal na América Latina, criticando assim que quando colocamos todas as mulheres dentro de uma só categoria “mulher” estamos ignorando e invisibilizando a dominação e opressão que sofremos por também estarmos dentro da categoria “hispanica”, “asiática”, “nativa americana”, “negra”, entre outras categorias raciais.

Outro ponto importante que Lugones (2014) traz, com impacto na perspectiva feminista latino-americana, é a origem do patriarco dentro das Américas. Segundo a autora, o patriarcado é trazido pelos europeus e imposto nas civilizações não-brancas através do processo de colonização desses povos, não existindo assim uma experiência de dominância de poder masculina sobre as mulheres nessas sociedades até a chegada dos colonizadores.

Todavia, esse não é um ponto de concordância entre todas as pensadoras do feminismo latino-americano. Para Rita Segato (2016), outra pensadora reconhecida dentro da esfera do pensamento decolonial feminista, o patriarcado que recebe o nome de “patriarcado de baixa intensidade” (SEGATO, 2016, p.116) dado pela autora já está presente dentro de civilizações latino-americanas, entretanto não na mesma organização e dinâmica do patriarcado europeu. Mesmo sendo visíveis as dinâmicas de poder entre homens e mulheres, o que tornava essas dinâmicas mais flexíveis é exatamente que nesses povos o gênero em si seria mais flexível, consequentemente aumentando experiências transgêneras dentro dessas civilizações. (SEGATO, 2016, p. 117).

O ponto de se apresentar a importância do pensamento político feminista dentro

de uma perspectiva latinoamericana não é sobre apagar o que foi feito no norte global, principalmente porque Segato (2016) usa Carole Pateman e sua teoria do contrato sexual dentro de sua análise das relações de gênero dentro de um contexto colonial. Entretanto, é preciso também olhar para as mulheres latinoamericanas não somente por uma visão universal expressa na categoria “mulher”, visão essa que à primeira vista parece ser unificadora e igualitária, porém quando colocada em análise não abarca as diferenças entre os tipos de mulheres e as opressões que sofrem, tornando essa categoria excludente e nociva para o avanço dos movimentos feministas. As desigualdades e diversidade entre as mulheres são um fator central para as análises feitas desde a América Latina.

Tópicos como a feminização da pobreza, a violência de gênero dentro não somente do espaço privado como também dentro de instituições e espaços públicos, a divisão sexual do trabalho, a maternidade compulsória, estão entre aqueles que revelam ao mesmo tempo opressões “comuns” e desigualdades. O corpo feminino não pertencente à própria mulher, mas sim a terceiros, até mesmo sendo tratado como um território a ser conquistado. São alguns exemplos de problematizações trazidas pelo pensamento feminista que necessitam de análises não somente de mulheres brancas do norte global como também da visão de mulheres colonizadas — especialmente, mas não exclusivamente, quando falamos sobre o domínio dos corpos femininos por indivíduos que não são as próprias mulheres — que por serem oprimidas por um sistema imperialista e colonizador, trazem consigo novas formas de se analisar assuntos como também trazer visibilidade para certos aspectos que seriam facilmente ignorados por outros grupos sociais.

A importância do pensamento latino-americano é de se voltar para as teorias e epistemologias já escritas e estabelecidas, procurando sem hesitação ou inibição questioná-las e reinventá-las como também criar as próprias teorias e epistemologias. É de se legitimar a América Latina como uma fonte de conhecimento e de pensadores acadêmicos tão válida quanto os escritos e acadêmicos europeus e norte-americanos principalmente quando esses escritos são sobre a própria América Latina, sobre as próprias mulheres latino-americanas dentro de seu contexto social, político e econômico. Não somente para reconhecer a existência de mecanismos e dinâmicas de dominação presentes especialmente na América Latina, por causa da sua história, como também para reconhecer a produção de conhecimento enraizada na região, que no feminismo se dá nos espaços mais institucionalizados, como universidades e centros de pesquisa, mas também a partir dos próprios movimentos sociais e das mulheres nos seus territórios.

Nesse artigo trataremos de uma autora feminista que tem se destacado, principalmente no âmbito político, Verónica Gago, especificamente da sua crítica ao neoliberalismo. Nosso objetivo é compreender a crítica política e social da autora, como um modo de aproximarmos-nos de como essa crítica tem sido construída desde o pensamento feminista latino-americano contemporâneo.

Este artigo será dividido nas seguintes seções: uma breve nota sobre a autora foco desse artigo, Verónica Gago; a sua crítica ao neoliberalismo e o interligando com a violência não somente doméstica como também violência cometida por forças paraestatais e por último como a autora explora a lógica do neoliberalismo dentro de economias informais.

Sobre Verónica Gago

Verónica Gago é uma cientista social que nasceu na cidade de Chivilcoy na Argentina, porém se mudou para Buenos Aires quando tinha seis anos. Sua formação acadêmica é constituída por uma graduação em Ciência Política na Universidade de Buenos Aires (UBA) e também um doutorado em Ciências Sociais nessa mesma universidade. É professora na UBA e também na Universidade Nacional de San Martín (Unsam), sendo envolvida em vários processos políticos desde seus anos como estudante universitária, através de participações em grupos de pesquisa e movimentos sociais.¹

Ela também é pesquisadora do Consejo Nacional De Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet), principal órgão dedicado a promoção de ciência e tecnologia na Argentina, sendo o tema de suas pesquisas mulheres e o mercado de trabalho na Argentina pós 2001, com caracterização desde uma perspectiva de gênero, raça e cidadania. Esse tema está presente principalmente em um dos livros que publicou sobre a razão liberal, economias barrocas e a pragmática popular, que será mais discutido em outra parte desse artigo. Participa também de congressos e reuniões científicas desde 2005 cujos temas sempre voltam para a questão feminista dentro de um contexto de mercado de trabalho, de neoliberalismo, finanças; tanto nesses seminários quanto até mesmo em seus livros.²

Além disso, Gago faz parte de uma editora independente chamada Tinta Limón, a qual tem como objetivo visibilizar trabalhos com temas político-sociais os quais servem

¹ Informações retiradas de <https://www.revistaanfibia.com/autor/veronica-gago/> e de <https://www.cccb.org/en/participants/file/veronica-gago/238861>. Acessados em 16/11/2022.

² Informações retiradas de https://www.conicet.gov.ar/new_scp/detalle.php?keywords=Veronica%20BGago&id=39505&datos_academicos=yes. Acessado em 16/11/2022.

de instrumentos para o combate de certas normalizações sociais e a banalização de instrumentos de luta sociais.³ Com essa editora, Gago publicou tanto seu livro “A potência feminista ou o desejo de mudar tudo” como também “A razão liberal: economias barrocas e a pragmática popular”, além de ser coautora em livros como “Una lectura feminista de la deuda” com Luci Cavallero e compiladora de “8M constelación feminista”.⁴

Segundo relata em uma entrevista⁵, Gago escolhe o seu campo de estudo a partir de sua trajetória militante tanto com o coletivo Situaciones quanto com o coletivo Niunamenos, uma organização que teve início em março de 2015, promovendo políticas públicas — incluindo desde projetos e destino de verba pública até leis — com o objetivo de alcançar uma maior igualdade de gênero e de bem-estar das mulheres na Argentina. (LIMA-LOPES e GABARDO, 2019).

Segundo a autora, ela segue uma linha de pensamento teórica com foco nas formas de trabalho dentro do capitalismo, dando uma maior atenção para o trabalho feminino e de imigrantes, seguindo o argumento de que é o conjunto do patriarcado e capitalismo que estrutura a lógica da valorização colonial-moderna. Por isso a autora também acaba por dar enfoque no neoliberalismo e como as suas dinâmicas e lógicas regem não somente o mercado de trabalho, mas também relações sociais fora dele, e como isso impacta as mulheres e sua exploração.

³ Informações retiradas de <https://tintalimon.com.ar/editorial/>. Acessado em 16/11/2022.

⁴ Informações retiradas de <https://tintalimon.com.ar/autorxs/#verónica-gago>. Acessado em 16/11/2022

⁵ Candido, Marcia, Simone Gomes, and Talita Tanscheit. “GENDER, FEMINIST ACTIVISM AND CONSERVATISM IN LATIN AMERICA: AN INTERVIEW WITH FLÁVIA BIROLI, FLAVIA FREIDENBERG AND VERÓNICA GAGO.” *Novos Rumos Sociológicos* 7, no. 11, 2019.

O debate sobre neoliberalismo

O debate sobre neoliberalismo que é relevante para esse artigo está essencialmente atrelado à crítica ao elemento antidemocrático — ou até pós-democrático segundo Biroli e Ballestrin (2022) — desse tipo de sistema, que é econômico mas também político e social. Gago (2019) mesmo traz essa questão quando ela discorre sobre os tipos de neoliberalismos e como afetam a maneira com que e até mesmo quais políticas serão impletamentadas, conseqüentemente também afetando como a sociedade, e no caso específico dessa autora principalmente as relações de gênero, funcionam.

O contexto do neoliberalismo abordado nesse trabalho está intrinsecamente ligado à América Latina e conseqüentemente, segundo Biroli e Ballestrin (2022), também se interliga com um período de redemocratização latino-americano. Ademais, Dagnino (2004) aborda esse mesmo período com uma crítica ao projeto político neoliberal no qual promove o Estado mínimo e coloca as suas responsabilidades sociais nas costas da sociedade civil, muitas vezes transformando direitos básicos que são de responsabilidade pública em mercadoria privada, ou seja, individualizando questões que deveriam ser coletivas, sendo esse processo de minimizar o Estado antagonico porém surpreendentemente não excludente do processo do aumento de espaços de participação e representatividade da sociedade civil na esfera pública.

As duas autoras também destacam a importância do pensamento feminista decolonial e suas críticas para a análise de novos elementos importantes dentro do neoliberalismo, especialmente quando trazem pontos como a luta contra a clandestinidade, a perseguição política e o sexismo, como também a reivindicação de direitos à saúde integral, licença-maternidade, descriminalização do aborto, cuidado e direito ao prazer. (BIROLI, BALLESTRIN, 2022, p.13). Os processos de redemocratização abriram a possibilidade para novas agendas e formas de participação, mas esse foi também o contexto em que o neoliberalismo era implementado na região.

Biroli e Ballestrin (2022) também trazem autoras como Segato para discutir novas formas de dominação dentro do sistema político neoliberal, como forças paraestatais concentradoras de poder que não somente ganham espaço dentro de espaços privados e reafirmam a violência como forma de legitimação do controle, como também tomam o lugar de aparatos públicos. Ou seja, são parte de processos neoliberais de privatização.

Outra autora que Biroli e Ballestrin (2022) citam para falar dessa violência e também outros aspectos da lógica do capitalismo neoliberal é Valencia Sayak cujo argumento seria com uma regulamentação estatal ambivalente, cria-se espaço para que

haja o crescimento de operações econômicas criminosas que são parte intrínseca de uma sociedade hiperconsumista, tanto que essas operações econômicas são estruturas por organizações criminosas que seguem uma lógica de uma empresa privada, lógica essa que é incentivada pelo próprio neoliberalismo, oferecendo produtos e serviços como tal porém alguns desses produtos com natureza ilegal como o tráfico de drogas, prostituição, lavagem de dinheiro enquanto outros estão dentro da esfera da legalidade como criação de exércitos que oferecem seus serviços no mercado, empresas de construção civil e até mesmo serviços em setores de lazer. Enquanto o último aspecto vem como uma consequência direta da precarização de serviços importantes para a manutenção da vida, precisando assim que a violência caracterizada acima venha como uma ferramenta de sobrevivência ou uma forma de se lidar com essa precariedade da vida.

Ademais, dentro desse debate também falamos do pós-neoliberalismo, que é apontado por Gago (2018), principalmente quando discute sobre o aspecto flexível do neoliberalismo em se modelar a novas realidades e dinâmicas, em período de crise desse sistema. Porém, a autora ressalta que o que entra em crise é somente uma parte — a parte política — através de um questionamento da legitimidade dentro do espaço estatal-institucional, porém dentro do âmbito social o que acontece é que o neoliberalismo incorpora e se adapta às ações populares que questionavam essa legitimidade política, tornando-se então parte inerente dessas ações.

Biroli e Ballestrin (2020) discutem não sobre um período pós-liberal, porém sobre governos do período chamado de giro à esquerda, tidos por analistas como pós-neoliberais, ilustrando o ponto de Dagnino (2004) quando ela trata sobre o processo paralelo ao do político neoliberal no qual se abre espaços institucionais para a participação política de grupos sociais especialmente pela forma de ONGs. Espaços esses que são usados para expressas críticas ao próprio sistema e questionar a sua legitimidade como projeto político; todavia, ao mesmo tempo que se abre espaço para grupos subalternos terem participação dentro da esfera pública, também se abre espaço para grupos conservadores terem ainda mais participação e conseqüentemente há uma reprodução dentro esses espaços de participação das relações hierárquicas de poder que ocorrem fora dele, ou seja, ainda há grupos opressores e grupos oprimidos (ou subalternos), tendo assim uma reação conservadora a ações progressistas. (BIROLI e BALLESTRIN, 2020, p.15).

Porém essa reação conservadora e essa ampliação dessas opressões também radicaliza as críticas feministas como resposta, dando origem assim ao que Biroli e Ballestrin (2022) citam como crítica feminista comunitária na Bolívia em 2009, como

também ao movimento Niunamenos na Argentina, do qual Verónica Gago, a autora em análise nesse artigo, faz parte, como já foi colocado anteriormente, e que possui influência no seu pensamento crítico ao neoliberalismo, que será discutido nas próximas partes desse trabalho.

Neoliberalismo e sua lógica de violência

Verónica Gago, em seu livro “A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo” faz uma análise através das greves feministas para entender o que ela chama de pensamento *situado* desses movimentos, porém o enfoque desse trabalho não será a questão da análise dos movimentos de resistência feminista que a autora traz, mas sim como ela relaciona a violência de gênero com o neoliberalismo, passando pela forma como o capitalismo de forma geral se relaciona com a violência de gênero, o conceito de corpo território, extrativismo ampliado e o sistema de financiamento que gera dívidas.

Gago (2020) aborda quatro situações de violência dentro do neoliberalismo: (1) a violência que é consequência do enfraquecimento do patriarcado do trabalho, ou seja, a crise do papel do homem como provedor do lar e como resultado também há o processo inverso de hierarquização do papel masculino no mercado de trabalho; (2) novas violências que surgem em bairros populares para servir de autoridade principalmente por causa do aumento de economia ilegais as quais surgem como novas formas de se prover recursos; (3) transnacionais que roubam a autonomia material de outras economias através do saqueio e espoliação de terras e recursos comuns, além da ampliação do conceito de extrativismo para assim aplicá-lo em contextos urbanos também; (4) novas formas de exploração através da financeirização da vida social, dando enfoque no dispositivo da dívida, que é o que todas essas formas possuem em comum.

Entretanto, para podermos começar a discutir a primeira situação de violência, precisamos voltar um pouco para como o domínio masculino era colocado dentro do sistema capitalista pré-neoliberalismo, em particular o que seria o patriarcado do salário, para podermos entender o que está em crise e como isso gera a violência de gênero.

Primeiramente, Gago (2020) ressalta o trabalho reprodutivo — aquele que permite que o trabalho produtivo aconteça e está fortemente ligado ao cuidado e, em seu primeiro momento, ao lar, ou seja, cuidar da casa e da família — e como é importante para o capitalismo que esse trabalho não seja reconhecido nem remunerado, é importante que haja uma hierarquização entre os dois tipos de trabalho: o reprodutivo e o produtivo. Com isso, podemos então instalar o “patriarcado do salário”.

O patriarcado do salário, um termo que também é utilizado e trabalhado de maneira mais detalhada por Federici (2004) em seu livro “Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva”, seria os homens utilizando-se da sua capacidade de ganhar um salário para exercer a sua autoridade sobre a mulher. É importante ressaltar que o patriarcado do salário tem o seu início em uma época em que as mulheres não eram aceitas na maioria dos empregos existentes, então tendo opções de se tornarem prostitutas ou mendigas (ou até mesmo nômades) ou então de se casar e se submeter ao homem para que possam sobreviver.

Ou seja, há um processo para que as mulheres sejam confinadas dentro de suas casas para que façam o trabalho reprodutivo que é tão essencial para o capitalismo, porém para que haja esse confinamento é preciso que o trabalho reprodutivo não seja remunerado muito menos reconhecido como um tipo de trabalho. (GAGO, 2020) E as mulheres que não se encaixavam nesse molde, que desafiavam esse tipo de sistema eram, como Federici (2004) coloca em seu livro, estigmatizadas pela sociedade ou taxadas de bruxas e levadas a fogueira.

Gago (2020) também cita, nessa mesma discussão, Angela Davis para se trazer a perspectiva racial e até mesmo colonial do patriarcado do salário através da questão das mulheres negras não somente como donas de seus lares, mas como elas entram no mercado de trabalho para fazer o trabalho reprodutivo em outras casas e colocando assim em mais evidência como essa economia doméstica e privada (no sentido de ser voltada para o lar mesmo que ele não seja o da mulher em questão) é considerada inferior a economia que Gago (2020) chama de economia capitalista de benefício que seria considerada “pública” já que estamos falando do mercado de trabalho.

Entretanto, com o neoliberalismo, a autora aponta que esse novo sistema econômico e político traz como um dos seus efeitos o enfraquecimento desse patriarcado do salário, porque nesse novo contexto o salário já não pode ser mais utilizado como uma medida “objetiva” da dominação do homem sobre a mulher. O neoliberalismo traz consigo uma crise de desemprego e as precarizações das condições de trabalho e com isso se começa um processo no qual o salário por si só já não consegue impor a autoridade do homem sobre a mulher. Então, cria-se a necessidade de uma nova maneira de disciplinamento das mulheres que é suprida pela violência doméstica.

Gago (2020) ressalta que há um elemento relevante nessa situação que é o aumento do desejo de autonomia das mulheres, fomentado muitas vezes pelas suas experiências no mercado de trabalho — o qual mesmo não sendo bem remunerado e com

condições precárias, ainda é uma forma de explorarem um tipo de trabalho que não é o doméstico e ligado estritamente ao lar —, além do caso de gerações mais jovens que desafiam o patriarcado do salário porque já estão inseridas no contexto do seu enfraquecimento.

Ou seja, a violência é vista, da perspectiva masculina, como solução para a busca da reafirmação e reconstrução da dominância masculina sobre corpos feminizados dentro do ambiente doméstico já que o salário não consegue mais sozinho, fazê-lo.

A segunda situação de violência possui como uma de suas bases o crescimento da economia ilegal, já que ela oferece aquilo que o trabalho assalariado oferecia: emprego, recursos e principalmente a autoridade masculina que agora encontra validação, não no campo doméstico, mas sim em um serviço de “proteção” e “segurança” de propriedades que possuem um menor acesso à segurança do que outros, como áreas periféricas e zonas mais populares. Outra maneira de reconstruir essa masculinidade que ou colide ou se une à maneira citada acima, seria o recrutamento pelas forças de segurança do Estado. (GAGO, 2020)

Em outras palavras, forças de enfiamento, sejam elas legais ou paralegais, seriam outra forma de se substituir o trabalho assalariado e conseqüentemente a autoridade salarial e isso resulta mais uma vez na implosão da violência dentro do ambiente doméstico na mesma lógica que já foi colocada na situação anterior. (GAGO, 2020)

A terceira situação que a autora apresenta a consequência da ofensiva principalmente do agronegócio e das indústrias extrativistas na América Latina, citando Rosa Luxemburgo para abordar a violência política que ocorre por causa do “avanço das fronteiras do capital através do despojo das terras, o que acaba com a autossuficiência das economias indígenas e camponesas” (GAGO, 2020, p.76), trazendo exemplos desde dívidas hipotecárias sobre os granjeiros estadunidenses e a política imperialista holandesa na África do Sul. (GAGO, idem.)

Entretanto a autora amplia o conceito de extrativismo para “forma pela qual se operacionaliza a captura de valor por parte do capital” (GAGO, idem) para que assim pode-se incluir nessa situação também questões urbanas como especulação imobiliária (tanto formal quanto informal) e o endividamento massivo.

Para entrarmos na quarta situação, precisamos novamente discutir dois conceitos que a autora traz: o de corpo-território e o de extrativismo ampliado.

Corpo-território é quando não conseguimos “recortar e isolar o corpo individual

do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem” (GAGO, 2020, p.93), ou seja, ao mesmo tempo que o corpo constitui não somente a sua propriedade individual, mas possui conjuntamente um aspecto político e produtivo e epistêmico enquanto território e podendo assim ser explorado e conquistado da mesma forma como veremos quando entrarmos na questão do extrativismo ampliado.

Outro ponto importante que a autora ressalva desse conceito é como ele altera a visão do processo de espoliação o qual é a procura adquirir aquilo que não possui, ou seja, se baseia na necessidade de se combater a escassez de algo. Quando falamos de corpo-território podemos então inferir que nenhuma pessoa “carece” de um corpo ou de um território, em outras palavras, o que há de início não é uma escassez como sugere a espoliação, mas sim uma expropriação que gera essa escassez.

Segundo a autora, quando tomamos como ponto de partida a expropriação que gera escassez e não a escassez em si também estamos entrando em uma perspectiva de que

“cada corpo é um território de batalha, um amálgama sempre mutante e aberto ao devir, um tecido que é agredido e que precisa se defender e que, ao mesmo tempo, se refaz em enfrentamentos, que persevera enquanto tece alianças. [...] estamos diante de uma complexificação da própria noção de território e de corpo.” (GAGO, 2020, p.95)

Com isso definido, podemos então partir para o extrativismo ampliado que Gago (2020) coloca como nada mais é do que implementar a exploração do extrativismo além no que geralmente associamos a essa atividade econômica, ou seja, enxergamos que esse tipo de exploração não está somente ligado ao extrato de recursos naturais sejam eles: minerais, florestais ou de hidrocarbonetos. Estamos também incluindo certas dinâmicas sociais como o mercado imobiliário, incluindo as especulações informais, o *data mining* e as economias populares que nas quais há um sistema forte de endividamento.

A autora conecta esses dois conceitos, corpo-território e extrativismo ampliado, quando ela discorre sobre o materialismo do corpo-território, em outras palavras, quando ele se torna um “corpo estéril e improdutivo do dinheiro em sua fase financeira,” (GAGO, 2020, p.121), sendo essa a essência do extrativismo ampliado.

Tendo esses dois conceitos em mãos, podemos prosseguir para o que a autora tem a discutir sobre as economias populares e o seu sistema de endividamento e como isso está conectado com a violência de gênero.

Gago (2020) discorre sobre o caso da Argentina e a sua crise de desemprego que afetou principalmente homens, criando-se assim movimentos de desempregados. A partir dessa crise, tivemos a expansão do trabalho reprodutivo das mulheres para o seu bairro, ou seja, expandindo as fronteiras para além de suas casas e conseqüentemente dando assim suporte para que esses movimentos pudessem ocupar as ruas em forma de protesto. E a outra grande consequência foi o crescimento de um novo tipo de proletariado, um que se autogere com múltiplos trabalhos sem patrão que conseguiu se sustentar durante o período conhecido “recuperação econômica” do país além de conseguirem, através de sua resistência, subsídios do Estado. Sendo a isso, então, que a autora se refere como economias populares.

A crise do patriarcado do salário entra nas economias populares no momento em que elas os substituem — não completamente, mas de maneira considerável — pelos subsídios do Estado, ou seja, novamente a imagem de provedor do lar masculina entra em queda e a medida que é usada para impor a dominação masculina sobre a feminina é a o uso excessivo da violência. Além de que, dentro das economias populares, o trabalho reprodutivo também ganha um maior destaque porque ele não se confina mais às quatro paredes do espaço privado de um lar e isso possui como consequência um aumento em lideranças femininas, o que acaba por fomentar a crise da autoridade masculina. (GAGO, 2020)

Entretanto, outro ponto importante que provem não somente dessas economias populares, mas também com os governos progressistas, é a questão da financeirização da vida popular. Essa financeirização toma forma com os programas de distribuição de renda os quais possibilitam que a população não assalariada consiga pedir crédito em bancos — geralmente para o consumo de bens não duráveis como eletrodomésticos —, porém não conseguindo pagar de volta por causa dos juros altos e outros mecanismos que geram um endividamento em massa. Assim podendo se observar um extrativismo ampliado no qual as finanças extraem valor direto do consumo. (GAGO, 2020)

Essa financeirização chega a tal ponto que a autora afirma

“A financeirização se aprofunda a tal ponto que o endividamento se torna a forma privada de gestão da pobreza, da inflação e do ajuste neoliberal, oferecendo crédito como plataforma individual de resolução do consumo de alimentos e pagamento dos serviços essenciais.” (GAGO, 2020, p.141)

E com essas dívidas cada vez maiores, a aceitação de qualquer tipo de trabalho

para que elas possam ser quitadas também aumenta. Portanto, mesmo que o Estado prometa a inclusão dos “excluídos” através do consumo, na realidade o que acontece é o aumento da exploração da força de trabalho dos indivíduos já que agora eles ficam presos a pagar essa dívida a qualquer custo, além de prender os indivíduos ao trabalho seja pela questão moral de se pagar a dívida não importa o quão precário ou frágil o trabalho seja. (GAGO, 2020)

Esse sistema de endividamento que produz uma intensa necessidade de trabalho é um campo fértil, segundo Gago (2020), para que prolifere fontes de renda não ligadas ao salário como já foram citadas antes, principalmente as economias ilegais, assim podendo se ter uma ligação entre esse sistema e o aumento da violência doméstica, além do fato de que a pressão a dívida também acaba por tornar as relações dentro do lar mais frágeis e precárias, segundo a autora.

Podemos, então, concluir que para a autora a violência de gênero e o neoliberalismo convergem na necessidade de se impor a autoridade e domínio masculinos sobre as mulheres, já que a forma usada anteriormente, o salário, não é mais suficiente para fazê-lo e como isso também está interligado com a exploração de corpos-territórios dentro de um sistema de extrativismo ampliado.

Neoliberalismo e sua lógica dentro de economias informais

Para entrarmos na lógica neoliberal dentro de um contexto de economia informal, precisamos falar do livro “A razão liberal: Economias barrocas e pragmática popular” também de autoria de Verónica Gago, publicado em Português em 2018. A autora discursa principalmente sobre uma crítica ao neoliberalismo tendo como o local da sua crítica a Argentina no período durante e pós crise de 2001.

Primeiramente ela aborda o neoliberalismo em duas topologias: a *de cima para baixo* e a *de baixo para cima*. A topologia *de cima para baixo* é sobre “uma modificação do regime de acumulação global — novas estratégias de corporações, agências e governos — que levam a uma mutação nas instituições estatais nacionais.” (GAGO, 2018, p.14) enquanto o neoliberalismo *de baixo para cima* “é a proliferação de modos de vida que reorganizam as noções de *liberdade, cálculo e obediência*, projetando uma nova racionalidade afetiva coletiva.” (GAGO, idem.) Porém é importante ressaltar que também uma topologia não é excludente de outra já que a autora também afirma que o neoliberalismo existe tanto por cima quanto por baixo como “renovação da forma extrativista despossessiva em um novo momento de soberania financeirizada, e como

racionalidade que negocia benefícios nesse contexto de espoliação, em uma dinâmica contratual que mistura forma de servidão e de conflituosidade.” (GAGO, idem.)

A autora também argumenta que mesmo quando o neoliberalismo entra em crise na América Latina e se começa uma discussão sobre um *pós*-neoliberalismo, ainda não se pode dizer que ele foi vencido ou superado. Na realidade, o que entra em crise é a sua legitimidade dentro do âmbito político estatal-institucional principalmente em governos colocados como “progressistas” e mudanças feitas no capitalismo mundial por causa de sua crise global, porém o neoliberalismo em si persiste e se incorpora como parte inerente a ações coletivas populares que haviam o contestado. (GAGO, 2018, p.14) Ou seja, “o neoliberalismo está enraizado em territórios e fortalecido nas subjetividades populares, se expandido e proliferando pela organização das economias formais.” (GAGO, 2018, p.17)

Depois de conceituar o que ela coloca como neoliberalismo, Gago (2018) dá a definição do que seriam economias barrocas, primeiramente definindo o que seria barroco latinoamericano: “persiste como conjunto de modos entrelaçados de fazer, pensar, perceber, lutar, trabalhar, que supõe a sobreposição de termos não reconciliados e em permanente recriação” (GAGO, 2018, p.23) e, quando isso é colocado para a economia, estamos falando sobre estratégias de elementos microempresárias com progresso popular e habilidade de negociação e disputa de recursos estatais que são ligados não somente por vínculos de parentesco como também lealdade ao território, incluindo também formatos contratuais não tradicionais. (GAGO, 2018, p.23-24)

Outros dois elementos que Gago (2018) também atribui a esse tipo de economia é primeiramente o *informal como fonte instituinte*, ou seja, esse tipo de economia dá espaço para meios não tradicionais, sejam produtivos, comerciais, relacionais, entre outros, de dinâmicas sociais e como essa economia também coloca o *informal como fonte de incomensurabilidade*, ela permite que elementos heterogêneos afetem a criação do valor e consequentemente criando novas maneiras de convenção de valor, produzindo assim mecanismos de reconhecimento e inscrição institucional.

Com isso, a autora associa a economia barroca com a economia argentina principalmente no durante e pós período crise de 2001, exemplificando o que Gago (2018) tinha colocado como “informal” anteriormente citado. A autora coloca a economia argentina como

“[...] ao mesmo tempo informal e subterrânea, mas vinculada a cadeias de valor transacionais e a grandes marcas locais, que

combina condições extremas de precariedade com altos níveis de expansão, e que permite discutir a dinâmica produtiva própria do consumo associada a novos usos de dinheiro e do tempo.” (GAGO, 2018, p.27)

Além de por ser uma economia popular, Gago (2018) ainda afirma que há um vínculo com a norma e isso tem como consequência a moralização, ou condenação, do mundo daqueles que são colocados como pobres. Porém a autora inclui um contrapeso a essa moralização da economia, chamando-o de pragmática vitalista a qual propõe dar importância a dinâmica imanente de captação de oportunidades sob relações de força assinaladas pela condição neoliberal e pós-neoliberal, ou seja, com as ideias de empreendedorismo e de microempresário.

Um grande exemplo da economia popular na Argentina que Gago (2018) usa é a da feira de La Salada, considerada a maior feira informal da América Latina. A autora destaca a importância de La Salada principalmente porque

“abriu a possibilidade de consumo popular por meio da pequena escala e permitiu o acesso a bens e serviços baratos num momento em que o consumo se tornava o modo mais veloz e dinâmico de inclusão social, fazendo-o como espaço expressivo de uma modalidade de transições barrocas.” (GAGO, 2018, p.34)

E também porque durante e depois da crise de 2001, La Salada se fortaleceu, tornando-se uma peça importante para novas articulações político-econômicas.

Entretanto, ainda pode-se ver que nos períodos de crise de emprego, La Salada adotou a medida de desassalariamento formal que geralmente é adotada em momentos econômicos como esse, porém a diferenciação que acontece na feira argentina é que La Salada é local no qual a criação de novas modalidades de emprego é alta, ou seja, há “[...]uma liberação das normativas de dependência fordista com novas formas de servidão aos vaivéns do mercado.” (GAGO, 2018, p.35) Com isso, a autora argumenta que o capitalismo agora também encontra espaço na competitividade e dinamismo para se adaptar a práticas, redes e que atributos historicamente definem os fluxos de trabalho não remunerado e permitindo assim que mercados de trabalho tenham mais de um tipo de articulação que convivem de maneira mesclada para a questão do assalariamento. (GAGO, 2018, p.36) Essa questão também serve para confrontar a ideia de uma unidimensionalização da informalidade. (GAGO, idem.)

Por isso, “La Salada consegue combinar uma série de microeconomias proletárias,

compostas por transações pequenas e medianas, e ser, ao mesmo tempo, a base de uma grande rede transnacional de produção e comércio (majoritariamente têxtil).” (GAGO, 2018, p.37)

Outro ponto que La Salada traz como diferencial é a questão do número de imigrantes que trabalham nela, imigrantes que flexibilizam e diversificam modalidades e formas laborais clássicas — “trabalho formal, assalariado, masculino, nacional, que percebe o indivíduo *sozinho*, desvinculado do seu lar e de suas relações de reprodução, etc.” (GAGO, 2018, p.38) Esses trabalhadores imigrantes também trazem, na sua pragmática vitalista, a questão de que no seu impulso vital o que se sobrepõe é o progresso pessoal e familiar seguindo práticas comunitárias, além a não consideração desses sujeitos como vítimas já que o neoliberalismo permite que a ideologia de microempresário e empreendedorismo seja a base para se relacionar com esses atores sociais. (GAGO, 2018, p.39-40)

Gago (2018) então coloca La Salada sendo movida por uma economia comunitária principalmente pós crise de 2001. A autora reafirma esse pensamento quando argumenta que “na conjunção entre economia informal e neoliberalismo, a noção de comunidade ocupa um papel fundamental.” (GAGO, 2018, p.94) Então, é nesse ponto que a autora traz a questão do trabalho feminino que compartilha semelhanças com o trabalho migrante, sendo esse o tipo de trabalho encontrado em economias comunitárias.

A autora então se aproxima do feminino do comunitário. Características importantes dessas economias relacionam-se a ele, ligando os aspectos de “capacidade para trabalhar em microescalas, confiança no valor do afetivo como momento produtivo, experiência do minoritário como potência específica.” (GAGO, 2018, p.101) Porém, juntamente com essa aproximação do feminino e do comunitário, ainda há um peso e contrapeso: ao mesmo tempo que tiram do homem trabalhador industrial branco o seu privilégio de produtor e de único provedor, ainda são desvalorizados e até mesmo invisibilizados o trabalho de reprodução, de constituição de vínculo social e de cooperação afetiva. (GAGO, 2018, p.108)

A desvalorização e invisibilidade desse tipo de trabalho tem origem principalmente com o fato de que não é um trabalho com salário pago, parecendo assim que ele é um subsidiário do trabalho remunerado masculino e escondendo assim o vínculo essencial entre os dois. No entanto, o trabalho de reprodução é uma engrenagem importante dentro do que a autora chama de fábrica social. Essa é a crítica que Gago (2018) apresenta como uma das contestações do feminismo ao neoliberalismo, crítica que

pensa em um movimento e politização — nesse caso também de desmarginalização e visibilização — do trabalho não assalariado.

O elemento que Gago (2018) traz quando coloca o feminismo dentro de uma visão neoliberal é que o feminino consegue cruzar e mesclar as fronteiras entre o público e o privado, principalmente quando essas fronteiras já são enfraquecidas à medida que a informalização do trabalho cresce, já que categorias como lar e comunidade são colocadas como espaços econômicos, redefinidos nessa informalização. No caso argentino, o que aconteceu foi a massificação dos subsídios para que se pudesse enfrentar a crise e a consequência disso é a colocação em primeiro plano o que seria chamado de trabalho doméstico (como o cuidado, alimentação, entre outros) já que esse subsídio de desemprego acabou por ser o único recurso capaz de ser uma fonte de renda. Outra consequência dessa forma de se superar a crise foi também, segundo Gago (2018), a mudança de dimensão da assistência pública e como ela se comunica com o mercado de trabalho, criando “uma dinâmica que se dá simultaneamente à proliferação de modos informais e multiformes de trabalho”. (GAGO, 2018, p.100)

Essa crise de 2001 também traz o que Gago (2018) chama de feminização da economia, ou seja, trazendo trabalhos que seriam colocados como “domésticos” para o mercado de trabalho, como foi citado acima, porém essa feminização da economia também traz junto consigo a feminização dos espaços, ou seja, a comunidade e o lar tornam-se insumos taxativo para se pensar a riqueza, talhando-se na crise do trabalho assalariado. A autora também discute sobre a feminização do trabalho que não somente o aumento da presença pública de mulheres, mas também a “feminização” de tarefas desenvolvidas nessa economia informal pelos homens, além do deslocamento de características próprias de economias do lar ou de comunidades — no caso argentino, também conhecidas como de bairros —, para o âmbito público. (GAGO, 2018, p.100)

Com base nesses pontos, Gago (2018) apresenta sua versão da razão liberal, que é baseada nas experiências da América Latina, levando em conta a multiplicação do trabalho, da diversificação de trajetórias proletárias e de locais e colocando o trabalho feminismo e as dinâmicas de reprodução social no centro de sua análise. É importante, ressalta a autora, entender o neoliberalismo (e até mesmo o pós-neoliberalismo) como “recombinação e contaminação de outras lógicas e dinâmicas que pluralizam, inclusive, as próprias noções de racionalidade e conflito.” (GAGO, 2018, p.297) Em outras palavras, a autora aponta e ressalta o caráter flexível do neoliberalismo (e pós-neoliberalismo) para se adaptar a novos contextos mesmo e principalmente quando ele é contestado e está em

crise. Apoiando-se em uma recuperação de postulados libertários, ela apresenta o conceito de “neoliberalismo de baixo para cima”, que procuramos trabalhar nesta seção.

Conclusão

A crítica de Verónica Gago ao neoliberalismo gira em torno principalmente das dinâmicas de trabalho que são criadas e exploradas dentro do sistema neoliberal e as consequências dessas dinâmicas em outros âmbitos das relações sociais desde situações de violência causadas por diferentes aspectos do neoliberalismo e suas dinâmicas até como a lógica neoliberal em economias informais carrega consigo um enfraquecimento da linha entre público e privado criando-se uma terceira esfera que seria o comunitário por causa da maneira que ela rege as relações de trabalho específicas da América Latina, e ainda mais específicas da Argentina.

Especificidades essas que carregam consigo um aspecto colonial e imperialista, como Gago (2020) mesmo coloca tanto quando discorre sobre a violência política oriunda do extrativismo que ocorre em países latino-americanos quanto quando ela define o que seria um corpo-território e o extrativismo ampliado, trazendo a ideia de que corpos latino-americanos, principalmente de mulheres, seguem uma lógica não somente de corpos físicos, mas também funcionam como territórios que podem e serão explorados e conquistados como os países e sociedades nos quais esses corpos estão localizados. A única diferença é que os recursos naturais que esses corpos tem a oferecer não são minérios ou nenhum outro tipo de matéria prima, mas sim força de trabalho para gerar capital não para eles próprios, mas para quem o neoliberalismo serve, através principalmente de políticas de endividamento.

Para a autora, o pensamento feminista se conecta com o neoliberalismo principalmente pela maneira como ele explora o corpo feminino, pela não somente invisibilização e exploração do trabalho reprodutivo que é imposto nas mulheres desde antes desse sistema político e econômico como também a migração desse trabalho reprodutivo da área do lar — ou seja, a esfera privada — para a área do coletivo — ou seja, a esfera pública e até mesmo pode-se ver uma ligação entre esses dois pensamentos quando o neoliberalismo aproxima o público do privado através do comunitário, um fenômeno que acontece, segundo Gago (2018) em economias informais — ou economias barrocas como a autora define esses tipos de economias que possuem como elemento intrínseco a informalidade.

A crítica de Gago é importante para que se possa trazer para análise pontos —

como os já citados acima — que não são colocados em críticas oriundas do norte global já que esses fenômenos não fazem parte das sociedades em que escritoras europeias e estadunidenses estão localizadas como também os processos políticos, sociais e econômicos que acontecem em cada sociedade também se diferem um dos outros e, portanto, também criando consequências diferentes e especificidades para esses processos. Consequências e especificidades essas que, se não estudadas especialmente quando estamos falando de América Latina, deixa a análise fraca e incompleta, sendo até mesmo danosa para a pauta feminista já que invisibiliza opressões que as mulheres sofrem por estarem localizadas socialmente, politicamente e economicamente dentro de um contexto latino-americano.

Bibliografia

BIROLI, Flávia e BALLESTRIN, Luciana. *Neoliberalismo e desdemocratização na América Latina: contribuições teóricas desde a crítica feminista e democrática*. In: Encontro da ABCP, 13º, 2022.

DAGNINO, Evelina. *¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* In: MATO, Daniel (org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

GAGO, Verónica. **A potência feminina, ou o desejo de transformar tudo**. 1º ed. São Paulo: Elefante, 2020.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. 1º ed. São Paulo: Elefante, 2018.

LIMA-LOPES, Rodrigo Esteves de e GABARDO, Maristella. *Ni una menos: a luta pelos direitos das mulheres na Argentina e suas representações no Facebook*. Revista Brasileira de Linguística Aplicada [online]. 2019, v. 19, n. 4 [Acessado 16 de Novembro 2022]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-6398201914314>>.

LUGONES, María. *Colonialidade y género: hacia un feminismo descolonial*. In: MIGNOLO, Walter et. al (org.). **Género y descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2014.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, 2014.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SEGATO, Rita Laura. *Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*. In: **Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical**. Brasília, 2016.

PINTO, Simone Rodrigues. *O pensamento social e político Latino-americano: etapas de seu desenvolvimento*. Soc. Estado, Brasília, v. 27, n. 2, 2012.